

APRESENTAÇÃO

Para o historiador Georges Duby (1988), os “fenômenos mentais” que pautam as condutas dos homens são tão determinantes para a história social quanto a análise das estruturas materiais das sociedades humanas. Para compreender a organização das sociedades e discernir as forças que as fazem evoluir torna-se incontornável associar e articular às dimensões econômicas, demográficas e ecológicas o sistema de valores e atitudes mentais que “os procedimentos educacionais transmitem sem mudança aparente de uma geração a outra” (DUBY, 1988, p.131). É neste campo que se inscreve o estudo das ideologias, tomadas como um sistema de representações que cumpre o papel histórico do prover de esperanças os grupos que as compartilham, encorajando-os a mover a história.

Este livro se ocupa da “paulistanidade”, ideologia política que, nascida há mais de um século, impôs-se como a representação mais acabada de uma relação virtuosa entre o “povo paulista” e a pujança econômica e demográfica de sua terra. Como ideologia, a paulistanidade integra o passado, o presente e o futuro em sua visão de mundo; joga luz ao que interessa e apaga ou distorce o indesejável; apresenta-se como antagônica a representações concorrentes; busca preservar as vantagens de um grupo em posição dominante (DUBY, 1988, p.132-3). Como sistema de valores, foi e tem sido amplamente difundida nos meios de comunicação e nas escolas, perfazendo a dimen-

são educativa que é, ao mesmo tempo, meio e condição de sua disseminação e longevidade.

Este *ufanismo paulista*, como indicou Maria Isaura Pereira de Queiroz (1992), ou esta *epopeia bandeirante*, conforme nomeou Antonio Celso Ferreira (2002), ultrapassou as identificações geográficas entre o território e seus habitantes para se transformar numa das forças ideológicas mais intensas e perenes atreladas à suposta bravura, audácia, coragem e disposição para o trabalho dos nascidos em São Paulo. Dos palanques políticos aos jornais, das crônicas institucionais às redes sociais, dos ensaios históricos aos romances e capas de revistas essa ideologia permanece viva e atuante, em um constante reformular de imagens e *slogans* que vêm sustentando as mais altas pretensões da elite paulista no quadro político nacional, bem como pautando e justificando políticas públicas estaduais em áreas como a urbanização, a segurança pública e a migração.

De acordo com Santos e Mota (2010), a “paulistanidade” foi um poderoso amálgama na campanha de persuasão em prol do movimento constitucionalista de 1932. Por meio de cartazes, jornais e transmissões radiofônicas calcava-se a propaganda em símbolos que exaltavam a excepcionalidade do povo paulista, que, descendendo diretamente de bandeirantes radicados em famílias nobres, teria como destino liderar a nação rumo ao progresso e contra as tiranias. Naquele momento, tendo Vargas como maior inimigo e como peso morto os estados “mais atrasados” da federação, retomava-se a imagem da locomotiva a puxar vagões vazios, expressão de uma potência econômica que, segundo a ambição da elite cafeeira, haveria de se desdobrar em liderança política e moral. A associação entre a pujança econômica do estado e a excepcionalidade de sua população estribava-se em argumentos vários, da autossuficiência relativa à economia do resto do país à adequação de sua psicologia aos alicerces morais do regime republicano; da resistência adquirida pela vida em ambiente pobre em riquezas naturais à superioridade genéti-

ca advinda de um sangue livre da contaminação do “elemento negro”.

Expressão do regionalismo paulista, a “paulistanidade” não deixa de ser uma espécie de nacionalismo, em sua característica formulação contemporânea: trata-se de uma tradição inventada que os Estados põem em circulação para difundir a imagem de nação e infundir, por meio de símbolos e afetos, a adesão de seus habitantes a despeito de diferenças sociais, religiosas e étnicas (HOBBSAWM, 1997). Embora São Paulo não seja um Estado Nacional, ou melhor, embora não tenha logrado concretizar o intenso desejo que, em 1887, manifestou de sê-lo (ADDUCI, 2000), a “paulistanidade” se configurava, para a *intelligentsia* paulista dos anos 1930, como um “nacionalismo enviesado, cuja singularidade encontrava-se na identificação de São Paulo com o Brasil, ou seja, num projeto de nação que passasse pelos desígnios culturais modernistas da ‘locomotiva’ do país” (SANTOS; MOTA, 2010, p.49). O atravessamento cultural da excepcionalidade paulista já se encontrava forte nos anos 1920, tempo em que a *Revista do Brasil* associava a força econômica de São Paulo a sua nova condição de irradiadora intelectual e cultural. Com isto fazia frente, nas diversas formas de arte e comunicação, ao brilho do Rio de Janeiro (LUCA, 1999). O orgulho paulista forja-se, é claro, também na rivalidade e na emulação da antiga Corte, da qual pretendia se distinguir pela adoração dos signos da modernidade.

Duby (1988) e Hobsbawm (1997) apontam que a educação, em suas mais diversas formas, tornou-se fator imprescindível para a eficácia e longevidade das ideologias. Em movimento crescente desde o século 18, os Estados passaram a retirar das mãos das religiões e dos particulares a instrução pública, assumindo a organização e a gestão de sistemas de ensino nacionais. Pela definição de currículos, hierarquias, carreiras, pedagogias e materiais de ensino os Estados materializavam a crença nacionalista dos governantes, de que um “catecismo cívico” ampla e

solidamente ministrado nas escolas era imprescindível para a homogeneização civil e o ordenamento das populações, para a unificação dos territórios, para a defesa contra inimigos externos. Ao ensinar, especialmente às crianças, as línguas nacionais, o sistema métrico em uso, a constituição e suas leis, a história e a geografia pátrias; ao incutir a ética e os comportamentos cabíveis a cidadãos úteis e ordeiros; ao cultivar a saúde física e mental dos escolares e de suas famílias; ao criar e organizar festejos cívicos os sistemas de ensino contribuíram para a criação de uma consciência nacional e de um imaginário coletivo em torno da ideia afetiva de *pátria*, os quais serviam à legitimação das ideologias e dos regimes políticos.

No que tange à instrução pública, como “catecismo cívico” a “paulistanidade” conheceu ótima oportunidade e terreno fértil à sombra da primeira constituição republicana, que fixou a competência do Congresso Estadual de legislar sobre o ensino primário. Sustentado nas bases críticas da propaganda republicana, que rejeitava a tradição educativa do Império ao tempo em que alegava a imprescindibilidade da instrução pública para a formação de um eleitorado capaz, o governo de São Paulo encetou ampla reforma da instrução pública, englobando a atualização da Escola Normal, a criação da escola graduada e seriada, a instituição do ensino intuitivo como método para os saberes elementares. Os grupos escolares, que passaram a seguir os mesmos programas e prescrições relativos a material, disciplina, calendário, exames, matrículas, frequência e higiene tornaram-se os veículos por excelência da “escolarização”, portanto, da disseminação de valores e comportamentos afeitos à urbanização, à industrialização e ao nacionalismo, assim como dos sentimentos de identidade e pertencimento galvanizados nas ideias-força da singularidade e do destino manifesto do povo paulista.

Este livro trata, enfim, das representações e das práticas que, em diferentes formas e graus realizaram com maior ou menor sucesso a inflexão educativa de uma ideologia política sobre uma

população. As instituições escolares, por intermédio da ação de seus sujeitos, colaboraram decisivamente para a arquitetura da mística em torno do paulista, quer seja por meio dos currículos e livros oficiais, quer seja por meio das celebrações cotidianas desenvolvidas dentro e fora delas. Os materiais didáticos nelas adotados, as músicas e poesias apresentadas nos rituais cívicos, os monumentos erigidos em praça pública, as teses defendidas, os discursos proferidos e tantas outras práticas rotineiras ou excepcionais acabaram por tornar São Paulo conhecido como a “locomotiva da nação”, e seus habitantes, como legatários dos primeiros desbravadores dos sertões.

No cotidiano do ensino primário, na burocracia do sistema, nas sociedades científicas e literárias, entre os intelectuais e na universidade a “paulistanidade” foi-se construindo e ressignificando, ao envolver os agentes educativos no esforço inoculador do “ser paulista” nas sucessivas gerações de escolares, leitores e testemunhas oculares. Estava em construção a tradição, o orgulho e a consciência da superioridade e do compromisso do povo paulista na condução do país a seus altos destinos. Em razão de sua inquestionável eficácia e longevidade, largamente atestadas pela historiografia e sociologia contemporâneas, é certo que retomar nestas histórias reunidas os movimentos das ideias, os atos e atores que permearam este processo educativo é, ao mesmo tempo, um ato crítico e revelador. É como tornar visível o ar que ainda respiramos.

Os organizadores